

Denunciada caixinha do "lobby" dos cartórios

13 DEZ 1987

13 DEZ 1987

CARLOS ALBERTO BALISTA

A formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a existência de uma "caixinha" de 24 mil OTNs, destinada a garantir a aprovação na Constituinte da efetivação dos "herdeiros" de cartórios extrajudiciais foi pedida pelo presidente da Associação dos Escreventes e Auxiliares de Justiça do Estado de São Paulo (Asseajesp), José Luiz de Castro Silva. A denúncia está baseada em informações contidas num encarte do Informativo Notarial — Órgão Oficial do Colégio Notarial do Brasil, editado em João Pessoa no mês de maio, e numa comunicação da Associação dos Titulares de Serventias Extrajudiciais do Brasil (Ateb), de julho. Só agora os documentos chegaram às mãos de Silva, que resolveu torná-los públicos, já que ambos circularam apenas entre os proprietários de cartórios.

"O encarte define bem o que eles estão fazendo em Brasília", afirma o presidente da Asseajesp. Nele o presidente da Ateb, Antônio Carlos Leite Penteado, escreve aos demais proprietários de cartórios, após relatar sua atuação no Congresso: "Para encerrar, segue nosso balancete de abril. O total arrecadado, se não desanimador, não encoraja muito. Não esqueça de que, ao final desta luta, teremos de arcar com a responsabilidade de pagar 24 mil OTNs, o que corresponde hoje a Cz\$ 5.000.000,00. Portanto é preciso envidar todos os nossos esforços no sentido de que, à data da promulgação da nova Constituição, disponhamos da mencionada quantia. Com a minha fé na certeza de sua participação, do seu denodo, da sua colaboração e da sua atuação firme, aqui segue também meu abraço amigo".

No parágrafo seguinte, sob o título Ajude a Ateb Financeiramente,

consta do encarte: "A Ateb representa nossos interesses junto à Assembleia Nacional Constituinte, porém, para representar nossos anseios necessita de provisão financeira que cada colega poderá remeter pessoalmente. Não está estipulada nenhuma cota, cada um remete o que pode. O depósito deverá ser feito em nome da ASSOCIAÇÃO DOS TITULARES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DO BRASIL - ATEB - CONTA Nº 64.816 - 7 - AG. BRADESCO 445-8 - RIO DE JANEIRO - RJ (em maiúsculas no original N. da R.). Se na sua cidade não existe agência do Bradesco, faça sua ordem de pagamento por intermédio de qualquer banco. Após essas providências, envie uma xerox da ordem ou depósito para o Colégio Notarial no seguinte endereço: rua Cândido Pessoa - 31 - CEP. 36010 - João Pessoa - PB".

Silva concorda que não está clara a destinação que será dada às 24 mil OTNs, mas, para ele, o trecho que inicia em "Não esqueça" e conclui com o valor das OTNs provoca grande curiosidade: "Minha pergunta é: quem vai receber isto?"

"CONSEGUIMOS"

No segundo documento — o comunicado enviado pela Ateb a seus "prezadíssimos colegas", em julho — consta na abertura: "Estamos voltando de Brasília, onde estivemos presenciando a recente votação do projeto de Constituição na Comissão de Sistematização. Se bem que a competência dessa Comissão, nesta fase, fosse exclusivamente formal (isto é, não poderia modificar nenhuma disposição, mas, e tão-somente, compatibilizá-las entre si), conseguimos alterar o dispositivo (grifo da redação) da Comissão temática que isentava do pagamento de custas e emolumentos, nos inventários, os imóveis que servissem de moradia ao cônjuge sobrevivente e aos herdeiros; hoje, prevê o projeto, no inciso

XIV do artigo 12, que "a transmissão por morte de bens ou valores está sujeita a emolumentos, custas e tributos, proporcionais ao valor do quinhão, atendido o princípio social da distribuição da renda e da riqueza".

Adiante, está escrito: "No que tange aos substitutos (proprietários extra-oficiais dos cartórios. N. da R.), segundo o entendimento do deputado Adolfo Oliveira, líder do PL, a norma a ser inserida no texto do projeto será a seguinte: Fica assegurado aos substitutos de serventias, de notários e de registradores, na vacância, o direito de acesso a titular, desde que legalmente investidos na função na data da instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte".

O parágrafo único do artigo 11 das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do substitutivo do relator Bernardo Cabral, aprovado no início do mês, tem a mesma redação revelada pelo comunicado da Ateb quase cinco meses antes. "Isto significa que o lobby dos proprietários de cartórios conseguiu o que pretendia", afirma Silva.

Ele garante ainda que o deputado Adolfo Oliveira é membro da Comissão de Sistematização e proprietário de cartório, o mesmo ocorrendo com o deputado Márcio Braga (PMDB-RJ). Os dois estão citados no início do encarte: "Nossas sugestões foram relatadas, dissecadas e comentadas, e a impressão que nos ficou foi a de que os resultados foram bastante positivos; de acordo com a opinião dos deputados Márcio Braga e Adolfo de Oliveira".

Para o presidente da Asseajesp, "ainda que o regimento interno da Constituinte não toque no assunto, existe o impedimento moral que não permite a votação dos parlamentares em matérias que envolvam interesses pessoais".

Comprometida a eleição municipal

Inviabilizada, praticamente desde já, a sucessão de Sarney para o ano que vem, os deputados estaduais, que preparam a realização da Constituinte paulista, começam a duvidar até mesmo das eleições municipais, marcadas para 1988.

"Estão engendrando um golpe branco", denuncia o deputado Luis Olinto Tortorello, representante do PTB no Grupo Pró-Constituinte, da Assembleia Legislativa. Segundo ele, entre os moderados e os radicais, já se admite em Brasília que a futura Constituição da República não será promulgada antes de março ou abril. Há quem fale em maio. "Nessa altura, até a continuidade da vida eleitoral dos municípios es-

tará comprometida. Tecnicamente, não haverá mais tempo nem para as eleições municipais de novembro. E será mais um golpe no eleitorado e na Nação".

Terão assegurado o presidencialismo, no lugar do parlamentarismo, e com mandato de cinco anos a Sarney. E, ainda, atendido aos interesses dos governadores, sobretudo "do senhor Orestes Quércia, que terá mais tempo para sua promoção e para costurar seu esquema político junto aos demais governadores".

Na realidade, os outros governadores que também pensam na Presidência da República, como Álvaro Dias e Newton Cardoso, da

mesma forma têm interesse nessa coincidência de mandatos: os candidatos a prefeitos e vereadores serão os principais cabos eleitorais nas eleições de 1989. Por isso, estão todos jogando, por vias indiretas, no que Tortorello chama de "preclusão dos mandatos municipais" — a preclusão é a perda do direito que deixou de ser exercido a tempo. "Querem tornar precluso o direito da sucessão municipal", afirma o parlamentar, juiz aposentado.

Na sua opinião, tanto o presidente Sarney como os governadores encontraram seu denominador comum, na Constituinte Nacional. "Negar isso, é negar todas as evidências", indigna-se o deputado.

Constituinte retoma os trabalhos só em janeiro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Assembleia Nacional Constituinte encerrou suas atividades políticas deste ano na sexta-feira e, talvez pelo fato de não ter havido recesso em julho, o prélio do Congresso Nacional, onde ela se hospeda, nunca esteve mais vazio, lembrando o tempo de campanhas eleitorais, a sessão da Constituinte marcada para terça-feira não deverá ser realizada por óbvio falta de quórum.

Foi justamente por prever a impossibilidade de os parlamentares ficarem em Brasília nesse período de fim de ano (além das dificuldades advindas da greve de aeroviários e aeronautas) que o Centrão conseguiu do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, marcar para terça a sessão de votação da redação final do projeto do novo regimento interno da Assembleia.

Com isso, o Centrão conseguiu deixar para janeiro decisões importantes dentro do calendário da Constituinte, como o prazo de sete dias para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição. As esquerdas tentaram uma manobra (retirar da pauta de votação cinco pedidos de destaques, precipitando a publicação do projeto e conseqüente abertura de prazo de emendas, que começaria no sábado passado), mas o Centrão foi mais eficiente.

No momento em que a manobra das esquerdas se desenhou num plenário sem quórum, quase vazio já na quinta-feira, o Centrão ficou em pânico: todo o estratégico trabalho de duas semanas de pressões e votações nervosas poderia ir por água abaixo. As esquerdas demoraram muito para

agir, numa longa e indecisa reunião no Partido dos Trabalhadores, e permitiram que a assessoria do Centrão encontrasse, no regimento antigo ainda em vigor, a saída final.

O artigo 82, parágrafo segundo desse regimento interno, remete para uma última sessão de votação da redação final matéria que tenha sido votada com emendas no plenário. Sob protesto das esquerdas, Ulysses Guimarães confirmou o regimento e marcou a sessão, que deverá ser mais uma dessas "sessões fantasmas", para a votação, que, se sabe, não será realizada.

O interesse é adiar, ao máximo possível, a retomada da Constituinte, de modo a dar tempo ao Centrão de recolher as 280 assinaturas necessárias para que o grupo possa apresentar emendas substitutivas, que terão preferência para votação com relação às demais. Se, numa hipótese remota, a redação final fosse votada nesta terça-feira, qualquer grupo da Constituinte ficaria em situação difícil, porque já a partir de quinta-feira se iniciaria o período de sete dias para que os 559 constituintes pudessem apresentar até quatro emendas, cada um.

Dessa forma, o calendário foi atrasado e a Constituinte, que previa terminar seus trabalhos entre março e abril, deverá concluí-los entre abril e maio. E que existem muitas fases a ser vencidas. O reinício das atividades da Constituinte está previsto para o dia 5 de janeiro de 1988, mas, dificilmente, antes do dia 15 se votará alguma coisa, tal a lentidão com que os parlamentares retornam a Brasília.

A primeira sessão da Constituinte, com quórum, será para votar o requerimento do Centrão para que os últimos cinco pedidos de destaque (quatro do PT e um do PDT) sejam votados em bloco, o que concluirá a votação do novo regimento interno.

PASTAGENS!!! SEMENTES!!!

Ligue: (011) 37-4418/36-8403

Telefax: 11-21040 - MEND

Sementes Fiscalizadas.